

política

Candidatos recebem as demandas da Amcham-RS

Ambiente de negócios, recursos hídricos e infraestrutura foram destaques



Marcus Meneghetti
marcusv@jcrs.com.br

A Câmara Americana de Comércio no Rio Grande do Sul (Amcham-RS) recebeu na manhã desta terça-feira, em sua sede em Porto Alegre, os candidatos ao governo do Estado Gabriel Souza (MDB) e Marcelo Maranata (PSDB). Na ocasião, eles apresentaram suas ideias para a infraestrutura e a gestão dos recursos hídricos do Estado. Segundo a Amcham, todos os candidatos confirmaram presença quando o evento foi agendado, mas Luciano Zucco (PL) e Juliana Brizola (PDT) acabaram solicitando outro horário por colisões na agenda.

No evento, representantes da Amcham entregaram aos candidatos ao Palácio Piratini um documento intitulado “O RS que Queremos” - com reivindicações de líderes empresariais do setor de importação e exportação ou de empresas brasileiras com ramificações nos Estados Unidos.

As demandas da Amcham se dividem em três temas: ambiente de negócios e atração de investimentos; gestão das águas e resiliência climática; e infraestrutura e logística regional.

Após receberem uma cópia do documento da Amcham, os pretendentes ao governo do Rio Grande do Sul se revezaram no palco, um após o outro, para fazer as suas considerações.

O ex-prefeito de Guaíba Marcelo Maranata abriu os trabalhos e Souza o sucedeu. O tucano lembrou da sua trajetória no setor privado. Ele recordou que entrou para a política ao assumir a presidência do Sindilojas de Guaíba.

“Cada um dos membros se filiou a um partido político e elegemos três vereadores do varejo e colocamos dois secretários municipais”, relatou Maranata - acrescentando que os empresários devem participar cada vez mais da política.

Para Maranata, o gestor público deve ouvir os líderes empresariais para saber como alte-



FERNANDA DAVOGLIO/ESPECIAL/JC

Entidade apresentou documento intitulado ‘O RS que Queremos’

rar a legislação local, de modo a fomentar o crescimento econômico. Com essa metodologia, o tucano afirmou que trouxe 27 novos empreendimentos imobiliários, um centro logístico, o Mercado Livre, entre outros.

“A única pauta do Rio Grande do Sul é o crescimento econômico. Sem isso, nenhuma outra pauta vai dar certo. Precisamos parar de brigar e nos unir em prol do Estado”, declarou Maranata - ao criticar a polarização política do Brasil.

Questionado sobre suas propostas para a gestão das águas, ele defendeu a construção de calhas para escoar o excesso de água no período de chuvas em cinco bacias hidrográficas que escoam para o Guaíba: a do Jacuí, Taquari, Cai e Sinos.

Entretanto, devido à situação financeira do Rio Grande do Sul, Maranata acredita que o próximo governador vai precisar angariar recursos no governo federal. O primeiro passo seria prorrogar o Fundo do Plano Rio Grande (Funrigs), criado em virtude da enchente de 2024 com a suspensão das parcelas mensais da dívida do Estado com a União. “O Estado deve mais de R\$110 bilhões a União. Nossa receita anual é de cerca de R\$ 80 bilhões. Então, precisamos trazer recursos de fora”, resumiu.

O candidato Gabriel Souza, ao falar sobre atração de investimentos ao Rio Grande do Sul, recordou a época em que era líder do governo José Ivo Sartori (MDB, 2015-2018) na Assembleia - quando articulou a aprovação de uma série de projetos relacio-

nados a uma agenda liberal que incluía a extinção de órgãos públicos. Gabriel explicou que o objetivo era recuperar o equilíbrio fiscal do Estado - o que teve continuidade nos dois mandatos de governador Eduardo Leite (hoje PSD, 2019-2026).

Ele apontou a importância da responsabilidade fiscal para a atração de investimentos. “Quando assumimos após o governo Tarso Genro (PT, 2011-2014), o Estado atraía de R\$ 30 bilhões a R\$ 40 bilhões em investimentos. Em 2024, batemos o recorde de R\$ 100 bilhões em investimentos (sem contar os recursos para a reconstrução do Estado após a enchente)”, ilustrou.

O emedebista disse ainda que pretende criar um fundo estadual para subvencionar os setores econômicos que perderão incentivos fiscais com a reforma tributária, que deve extinguir o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) ao unificá-lo no Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Um dos objetivos da reforma é acabar com a guerra fiscal entre os estados. O IBS começa a ser cobrado a partir de 2027.

Questionado sobre seu projeto para a gestão das águas e a preparação das mudanças climáticas, ele citou que o Estado está construindo cerca de 150 quilômetros de diques.

“Um prédio de 10 andares leva cinco anos para ser construído. Quem falar que os diques poderiam ter ficado prontos em dois ou três anos, está fazendo um discurso oportunista”, criticou.

Metade dos brasileiros defende proibir propaganda feita com IA

Metade dos brasileiros defende que vídeos e propagandas eleitorais produzidos com inteligência artificial sejam proibidos nas eleições de 2026. É o que mostra a Pesquisa CNT de Opinião, realizada pela Confederação Nacional do Transporte (CNT) em parceria com o Instituto MDA Pesquisa, divulgada ontem.

Para 49,8% dos entrevistados, nenhum vídeo ou propaganda de candidato produzido com IA deveria ser permitido nas eleições deste ano. Outros 34,3% defendem uma restrição mais específica: a proibição de conteúdos feitos com inteligência artificial que tragam fake news sobre candidatos. Já 8,9% são favoráveis à liberação de qualquer tipo de material produzido com a tecnologia, enquanto 7% não souberam ou não responderam.

Na prática, os dois primeiros grupos representam 84,1% dos entrevistados favoráveis a algum tipo de controle sobre o uso eleitoral da IA.

O resultado da pesquisa é divulgado no momento em que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) começa a definir como as novas ferramentas tecnológicas poderão ser utilizadas nas campanhas deste ano.

Um dos casos em análise envolve o senador Flávio Bolsonaro, candidato à Presidência pelo PL. Durante a convenção do partido, em julho, foi exibido um vídeo produzido com inteligência artificial no qual o ex-presidente Jair Bolsonaro aparece virtualmente para declarar apoio à

candidatura do filho.

O PT acionou o TSE contra a utilização do material. A defesa de Flávio argumenta que o vídeo foi apresentado em uma convenção partidária e que não houve intenção de enganar o público sobre a natureza do conteúdo.

O TSE deverá discutir o caso em reunião entre os ministros antes da análise do processo pelo plenário. A avaliação poderá ajudar a estabelecer um entendimento da Corte sobre o uso de deep-fakes e outros conteúdos produzidos ou modificados por inteligência artificial durante a campanha.

Além disso, o tribunal também firmou uma parceria com a ElevenLabs, empresa especializada em geração de vozes artificiais, para dificultar a reprodução digital de vozes consideradas sensíveis para o processo eleitoral. A iniciativa permite que a Justiça Eleitoral solicite medidas contra a utilização indevida dessas vozes na plataforma.

O TSE também criou um conselho consultivo para acompanhar os riscos relacionados ao uso de inteligência artificial e à desinformação nas eleições de 2026. O grupo reúne especialistas e deverá auxiliar a presidência da Corte no monitoramento do impacto dessas tecnologias durante o processo eleitoral.

A pesquisa CNT/MDA foi realizada entre os dias 5 e 8 de agosto, com entrevistas presenciais em municípios de todas as regiões do País. O levantamento está registrado no TSE sob o número BR-06935/2026.

ANTONIO AUGUSTO/ASCO /TSE/JC



TSE criou conselho consultivo para acompanhar riscos